

PROCESSO Nº : 2016/37000/000006  
UNIDADE GESTORA : 37000 – Secretaria da Infraestrutura  
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2015  
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual  
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

**RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 022/2016**  
SGD Nº 2016/09049/000576

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa nº 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da Secretaria da Infraestrutura, nos termos do inciso XII do artigo 3º da Lei nº 2.735/2013 e do Decreto nº 5.364/2016.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 9º da Instrução Normativa nº 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às **fls. 148 a 149**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta **déficit** orçamentário de **99,81%**, que se justifica por não ser um órgão arrecadador, e totalmente dependente dos recursos do Tesouro Estadual, em obediência ao princípio da Unidade de Tesouraria.

3.2 A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um baixo nível de execução com percentual médio de **2,14%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	0,00	31.968,01	0,00
Receitas de Capital	1.708.533,00	4.760,00	0,27
Deduções da Receita	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.708.533,00</b>	<b>36.728,01</b>	<b>2,14</b>



*[Handwritten signatures and initials]*

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	ARRECADADA	%
0100	0,00	12.507,09	0,00
0225	1.000.000,00	17.149,68	1,71
0226	0,00	4.760,00	0,00
0240	0,00	21,67	0,00
4219	708.533,00	2.289,57	0,32
<b>TOTAL</b>	<b>1.708.533,00</b>	<b>36.728,01</b>	<b>2,14</b>

3.3 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **85,61 %**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	14.666.362,00	12.603.007,47	85,93
Despesa de Capital	8.370.715,00	7.120.305,36	85,06
<b>TOTAL</b>	<b>23.037.077,00</b>	<b>19.723.312,83</b>	<b>85,61</b>

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
0100 – Recursos Ordinários	18.288.544,00	16.225.187,31	88,71
104 - Recursos do Tesouro - Emenda Parlamentar	3.040.000,00	2.789.592,93	91,76
225 - Rec. de Convênios com Órgãos Federais	1.000.000,00	0,00	0,00
4219 - Operações de Crédito Internas - Em Moeda	708.533,00	708.532,59	99,99
<b>TOTAL</b>	<b>23.037.077,00</b>	<b>19.723.312,83</b>	<b>85,61</b>

3.4 As alterações no orçamento inicial refletem um aumento **21,67%**, o que, preliminarmente, não significa dizer que houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias.

3.5 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 36.728,01**, somada às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 105.027.472,73**, os recebimentos extraorçamentários no valor de **R\$ 15.871.072,21** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 1.223.531,07**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 19.723.312,83** as transferências financeiras concedidas no montante de **R\$ 88.768.504,89**, os pagamentos extraorçamentários no valor de **R\$ 10.431.601,13**, restando saldo de **R\$ 3.235.385,17** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 153 a 154.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the number '2'.

3.6 O Balanço Patrimonial, à fl. **160**, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.6.1 O Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante em **756,63%**, indicando que o Órgão possui recursos para pagar as dívidas de curto prazo.

3.6.2 O Ativo Não Circulante foi de **R\$ 196.726.619,61**, composto pelo Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado, Intangível, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante (Dívida Fundada).

3.6.3 Houve inscrição de restos a pagar no exercício no valor de **R\$ 3.538.231,02**, deste montante, **R\$ 747.936,98** refere-se a restos a pagar processados e **R\$ 2.790.294,04** restos a pagar não processados, à fl. **153**.

3.6.3.1 Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, do qual foi liquidado **R\$ 1.037.609,00**, pago **R\$ 1.037.609,00** e cancelado **R\$ 359.818,00**, justificado à fl. **405**.

3.6.3.2 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores foi pago **R\$ 760,67** restando um saldo de **R\$ 169.416,69**, à fl. **151**.

3.6.4 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um **déficit** financeiro de **R\$ 3.070.257,50**, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de **R\$ 3.716.286,00**, com o Passivo Financeiro no valor de **R\$ 6.786.543,50**, conforme à fl. **161**.

3.7 Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado no valor total de **R\$ 196.726.619,61**, já deduzida a depreciação, não havendo informações a respeito de divergências entre os sistemas SIAFEM e SISPAT, conforme fls. **160, 188 e 189**.

3.8 A conta contábil "Estoques" apresenta saldo no valor de **R\$ 31.974,09**, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. **160 e 203**.

3.9 A conta "Caixa e Equivalentes de Caixa" registra saldo no valor total de **R\$ 3.230.596,90**, que confere com o Balanço Financeiro, extratos e conciliação bancária, conforme discriminação abaixo:

a) banco conta movimento **R\$ 3.230.596,90**:

1 - **R\$ 35.409,20** na Conta Única do Tesouro Estadual;

2 - **R\$ 3.148.572,55** nas contas bancárias específicas;



*[Handwritten signatures and initials]*  
3

b) aplicação financeira **R\$ 46.615,15**.

3.10 As contas do Passivo Circulante totalizam um saldo de **R\$ 7.753.637,67**, correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, Obrigações Fiscais a Curto Prazo, Obrigações de Repartição a Outros Entes e Demais Obrigações a Curto Prazo, à fl. **160**.

3.11 O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de **R\$ 105.044.069,20** e Variação Patrimonial Diminutiva de **R\$ 110.229.709,92**, demonstrando resultado patrimonial negativo do período, no montante de **R\$ 5.185.640,72**, conforme demonstrado às fls. **157 e 158**.

3.13 A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido no valor de **R\$ 2.011.854,10**, à fl. **165**.

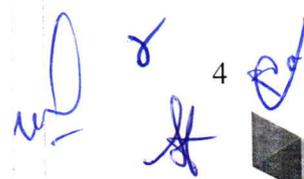
4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à **Secretaria da Infraestrutura** foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos houve a avaliação prévia de **9** (nove) processos de execução de obras, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas, além da análise de **1** (um) processo de reconhecimento de dívida referente a despesas não processada no ano anterior.

4.1.1 Também foram fiscalizados **1** (um) processo de reconhecimento de dívida, decorrente de despesa sem o prévio empenho e cobertura contratual, realizada no exercício de 2014, para o qual foi recomendado a devida apuração de responsabilidade de quem deu causa.

4.3 No exercício de 2015, a Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, tendo sido realizados **7** (sete) atendimentos presenciais, para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitação, dentre outras. Além disso, foram realizadas **03** (três) reuniões técnicas para orientação quanto a procedimento de prorrogação de contratos e realização de tomada de contas especial.

4.4 Houve acompanhamento e avaliações trimestrais, durante todo o exercício de 2015, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano



Plurianual e nas ações orçamentárias, o que possibilitou indicar medidas para o alcance dos resultados demonstrados no item 6 deste Relatório.

5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado não realizou auditoria de regularidade na Secretaria da Infraestrutura no exercício em análise, conforme informado à fl. 362.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado através do Relatório de Gestão às fls. 27 a 129, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para a **Secretaria da Infraestrutura**, a eficiência e eficácia dos projetos e atividades, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 2.538/2011(PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 2.942/2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições do órgão foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos, às fls. 35 a 38 definidos nos Programas Temáticos: 1005 - **Infraestrutura Hídrica para Irrigação e Usos Múltiplos**, 1017 - **Infraestrutura Pública**, 1019 - **Energia** e 1034 - **Governo e Cidadão** e com suporte nas ações do **Programa Gestão e Manutenção** da Secretaria da Infraestrutura - 1070.

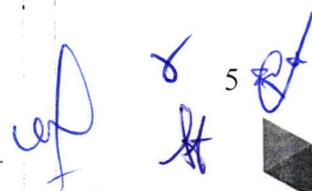
6.1.1.1 Para esses objetivos foram estabelecidas 16 (dezesseis) metas qualitativas e/ou quantitativas, cujo desempenho no exercício em análise, evidencia um insignificante grau de eficiência alcançado para as 10 (dez) metas regionalizadas, sendo que nenhuma foi executada no exercício de 2015 e em contrapartida ao bom desempenho para as 6 (seis) metas não regionalizadas, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. 44 a 72. Constam também anexadas nos autos do processo, 10 (dez) metas regionalizadas, sem meta física planejada para o exercício de 2015.

6.1.1.2 A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de 4 (quatro) indicadores, porém restou-se prejudicada, devido a não aferição de 3 (três) indicadores e as inconsistências na aferição do indicador: Quantidade de obras executadas, quanto ao índice atual (100%) e desejado (50%) e a fórmula de cálculo, o que impossibilitou a real apuração dos índices alcançados por este, cujo texto da análise, não trouxe dados que permitissem tal aferição, conforme análises às fls. 39 a 43 .

6.1.2 Os produtos e serviços criados a partir do objetivo definido, revelam que o órgão conseguiu entregar no exercício de 2015, 2 (dois) serviço à sociedade, sendo 1 (um) parcialmente de um total de 12 (doze), demonstrando um insignificante grau de



5



eficiência alcançado pelo órgão, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. **73 a 92**.

6.1.2.1 Para a realização dessas iniciativas foram elaboradas **11** (onze) ações orçamentárias, sendo **2** (duas) de natureza atividade e **9** (nove) de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um baixo grau de eficiência, com a não realização física de **8** (oito) e financeira de **6** (seis) delas, respectivamente, às **fls. 93 a 116**.

6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de **5** (cinco) ações e natureza atividade, demonstram que as mesmas tiveram uma considerável contribuição para o alcance dos objetivos da entidade, uma vez que o montante de recursos destinados, **79,37%** foram executados por meio do Programa Gestão e Manutenção da Secretaria da Infraestrutura - 1070, às **fls. 117 a 126**.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às **fls. 394 a 397**, um quantitativo de **143** servidores ativos, sendo que **8** servidores foram admitidos no exercício de 2015 por meio de concurso e **10** servidores por meio de contrato.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Sérgio Leão, Antônio Pereira Barros Junior** e outros relacionados neste processo à **fl. 05**.

**CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**, aos 17 dias do mês de março de 2016.

  
**Maria Alice Vieira Labres**  
Analista/Administradora

  
**Sergivan Sales de Brito**  
Gerente de Obras e Serviços Terceirizados

  
**Augusto de Souza Pinheiro Júnior**  
Diretor de Auditoria e Fiscalização

I – De acordo;  
II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise em emissão do competente parecer de auditoria.  
Em 17/03/2016.

  
**SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA**  
Superintendente de Gestão de Ações de Controle Interno

